



M U N I C Í P I O D E G Ó I S  
C Â M A R A M U N I C I P A L

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE  
VINTE E QUATRO DE JANEIRO DE 2007**

-----No dia vinte e quatro do mês de Janeiro, do ano dois mil e sete, na sala de reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Góis, sob a Presidência do senhor José Girão Vitorino, na qualidade de Presidente da Câmara, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Maria Helena Moniz, Diamantino Garcia, Daniel Neves e Graça Aleixo. -----

-----A Reunião foi secretariada por Vânia Alexandra Ferreira. -----

-----Depois dos presentes terem ocupado os seus lugares, o senhor Presidente declarou aberta a reunião, pelas dez horas, dando início à seguinte Ordem de Trabalhos: -----

**1 – FALTAS E ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: -----**

**1.1 – FALTAS; -----**

**1.2 – ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR; -----**

**2 – ASSUNTOS DIVERSOS: -----**

**2.1 – INFORMAÇÃO CONSULTOR JURÍDICO/ ESTABELECIMENTO COMERCIAL PROSCOPOS; -----**

**2.2 – RECLAMAÇÃO DO SENHOR JOSÉ CÉSAR GASPAR SIMÕES; -----**

**2.3 – DAF/APROVAÇÃO DE DÉBITO DE RECEITA VIRTUAL; -----**

**2.4 – EDP/ REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. -----**

**3 – CONTABILIDADE, RECURSOS HUMANOS E LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES: -----**

**3.1 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA; -----**

**3.2 – PAGAMENTOS; -----**

**3.3 – REQUISIÇÕES; -----**

**3.4 – LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES; -----**

**1 – FALTAS E ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA ANTERIOR: -----**

-----**1.1 – FALTAS – Não houve. -----**

-----**1.2 – ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR – De acordo com o determinado**



M U N I C Í P I O D E G Ó I S  
C Â M A R A M U N I C I P A L

pela Lei número 5-A /2002, de 11 de Janeiro, nos números um e dois do seu artigo nonagésimo segundo, a Câmara deliberou por unanimidade, e após leitura, aprovar a acta da reunião realizada no dia nove, do mês de Janeiro, do ano de dois mil e sete, sendo assinada pelo senhor Presidente e por quem a lavrou. -----

**2 – ASSUNTOS DIVERSOS:** -----

**----2.1 – INFORMAÇÃO CONSULTOR JURÍDICO/ ESTABELECIMENTO COMERCIAL PROSCOPOS** – De acordo com o deliberado na Reunião do Executivo Camarário do dia nove de Janeiro de dois mil e sete, foi presente nova Informação do Consultor Jurídico, senhor Dr. Pedro Pereira Alves, relativa ao valor de indemnização a ser pago ao Arrendatário do Estabelecimento Comercial “Proscopos”, imóvel sito na Praça da República, para devolução daquele espaço. -----

---- O senhor Presidente referiu que o valor final de indemnização negociado entre o Arrendatário, o senhor Chefe de Gabinete e o senhor Consultor Jurídico, (vinte e seis mil, duzentos e cinquenta euros) lhe parece um valor bastante aceitável e idêntico ao atribuído ao senhor Armindo Neves em situação semelhante. -----

----Mais referiu que, no âmbito dos trabalhos arqueológicos realizados no Antigo Hospital de Góis, existe necessidade de proceder a intervenções arqueológicas nas salas ocupadas por aquele espaço comercial, pelo que urge resolver esta questão para que o senhor António Manuel das Neves Baeta deixe rapidamente o espaço disponível para a realização dos trabalhos arqueológicos. -----

----A senhora vereadora Graça Aleixo referiu que em comparação com a indemnização dada ao senhor Armindo Neves, cujas condições eram bastante similares, o valor agora proposta é superior, não compreendendo o porquê dessa disparidade, isto porque não foi apresentada informação acerca das negociações anteriormente entabuladas com o senhor Armindo Neves que levaram à atribuição de uma indemnização de vinte e cinco mil euros. -----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S  
C Â M A R A M U N I C I P A L

-----Referiu também que, tendo em conta o clausulado do Contrato de Arrendamento, a fundamentação usada está claramente em discrepância e não justifica de modo algum o valor negociado, uma vez que aquele nada prevê em termos de indemnização. -----

-----O senhor vereador Daniel Neves concordou com as palavras da senhora Vereadora e também ele fez algumas críticas à presente informação, sobretudo no que respeita à fundamentação usada para explicar o valor de indemnização acordado, adiantou que, e porque os espaços em causa e situação são idênticos, o valor da indemnização a atribuir deveria ser igual ao valor atribuído anteriormente ao senhor Armindo Neves. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com três votos a favor e duas abstenções, da senhora vereadora Graça Aleixo e do senhor vereador Daniel Neves, aprovar o pagamento de indemnização pela devolução do espaço do estabelecimento comercial “Proscopos”, no valor de vinte e seis mil, duzentos e cinquenta euros, ao senhor António Manuel das Neves Baeta. -

-----**2.2 – RECLAMAÇÃO DO SENHOR JOSÉ CÉSAR GASPASIMÕES** – O senhor Presidente levou ao conhecimento da Câmara fotocópia do ofício número 228, datado de dia dezoito de Janeiro de dois mil e sete, enviado ao senhor José César Gaspar Simões em resposta à sua reclamação, datada de dia dez de Janeiro de dois mil e sete. -----

-----Mais informou que o presente ofício foi feito com base na Informação do Consultor Jurídico, Dr. Pedro Pereira Alves, e esclarece o senhor José César que a Câmara Municipal irá assumir a sua responsabilidade e irá repor todos os danos causados, assim que for possível proceder a uma análise mais precisa e apurar a relação de causalidade. -----

-----A senhora vereadora Graça Aleixo informou o Executivo que, uma vez mais, o senhor José César lhe havia enviado fotocópias de ofícios remetidos à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia de Alvares, nos quais há referências concretas a posições e responsabilidades assumidas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Alvares, situação que estranha em virtude de a obra em causa ser da responsabilidade da Câmara Municipal. -----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S  
C Â M A R A M U N I C I P A L

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

-----**2.3 – DAF/APROVAÇÃO DE DÉBITO DE RECEITA VIRTUAL** – Foi presente a Informação da Divisão Administrativa e Financeira, datada do dia vinte e três, do mês em curso, relativa aos Serviços de Água. -----

-----O senhor Presidente informou que, nos termos do Decreto-Lei número 54-A/99, de 22 de Fevereiro, no seu ponto 2.6.2, compete ao Executivo deliberar sobre o débito de receitas para cobrança virtual dos recibos do consumo da água que não foram liquidados dentro dos prazos regulamentares. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar o referido débito, no montante de quatro mil e trinta e oito euros e oitenta e seis cêntimos. -----

-----**2.4 – EDP/ REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA** – A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o seguinte orçamento: -----

-----a) Orçamento LSA 379/06/PPS – Ampliação da Rede Aérea da Baixa Tensão Góis, colocação de duas luminárias na Rua das Figueirinhas, até junto da residência de Maria Isabel Assunção, em Vila Nova do Ceira, no montante de quinhentos e dezasseis euros e três cêntimos. -----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS:** -----

-----**2.5 – DOUA/ LIGAÇÃO DA PRAIA FLUVIAL DA PENEDA À PRAIA FLUVIAL DO PÊGO ESCURO** – Foi presente a Informação número 52/2007, da Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente, relativa ao pedido de parecer à Comissão Regional da Reserva Agrícola da Beira Litoral para prolongamento da ligação pedonal da Praia Fluvial da Peneda. -----

-----A pedido do senhor Presidente, a senhora Dra. Edite Mora, Chefe da DOUA, informou o Executivo que a Câmara Municipal pretende prolongar o caminho pedonal existente na Praia Fluvial da Peneda, tendo em vista o apoio a actividades de recreio e lazer e permitindo igualmente a ligação entre as duas praias fluviais: Praia Fluvial da Peneda e Praia Fluvial do Pêgo Escuro. -----

-----Mais informou que, encontrando-se o local abrangido por áreas de Reserva Agrícola Nacional, torna-se necessário a emissão de parecer por parte da Comissão Regional da Reserva Agrícola da Beira Litoral, o qual só pode ser



M U N I C Í P I O D E G Ó I S  
C Â M A R A M U N I C I P A L

concedido quando estejam em causa as situações previstas no número 2, do artigo 9º, do Decreto-Lei n.º 196/89 de 14 de Junho (com a redacção em vigor). Assim, e de acordo com o previsto na alínea d) do citado articulado, o parecer só poder ser concedido quando esteja em causa: *“Vias de comunicação, seus acessos e outros empreendimentos de interesse público, desde que não haja alternativa técnica e economicamente aceitável para o seu traçado ou localização”*. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e, tratando-se de uma pretensão de inequívoco interesse público e insusceptível de diminuir ou destruir as potencialidades agrícolas do solo, deliberou por unanimidade declarar o interesse público e de ausência de alternativa técnica e economicamente aceitável. Mais deliberou por unanimidade remeter o assunto à Assembleia Municipal para ratificação. -----

**-----2.6 – DOUA/ PROJECTO “PRAIA SAUDÁVEL” – APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS REFERENTES ÀS PRAIAS FLUVIAIS DAS CANAVEIAS E**

**PENEDA** – A propósito das Praias Fluviais, o senhor Presidente informou que haviam sido realizadas duas candidaturas ao Projecto “Praia Saudável” e solicitou à senhora Dra. Edite Mora que fizesse uma breve resenha do Projecto. -----

-----A senhora Dra. Edite Mora solicitou que fossem distribuídas aos senhores Vereadores fotocópias da Informação número 40/2007 da Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente, datada de dia dezassete de Janeiro, do presente ano, relativa ao Projecto “Praia Saudável” e às candidaturas referentes às Praias Fluviais das Canaveias e da Peneda. -----

-----Em seguida, a senhora Dra. Edite Mora informou que no âmbito das Jornadas “Águas Balneares 2007 – Bandeira Azul e Praia Acessível” foi apresentado o balanço 2005-2006 do Projecto “Praia Saudável” promovido pela Fundação Vodafone Portugal, tendo em vista a preparação da próxima época balnear. Sendo que para a próxima época balnear serão seleccionadas, a nível nacional, trinta candidaturas deste Projecto. A sua selecção será efectuada pela Fundação Vodafone, Instituto de Socorros a Náufragos, Instituto da Água



M U N I C Í P I O D E G Ó I S  
C Â M A R A M U N I C I P A L

e Associação Bandeira Azul. -----

----Informou ainda que, no âmbito desta candidatura, serão doados à Câmara Municipal equipamentos nas vertentes ambiental (painel informativo, cinzeiros e respectivo dispensador) e da acessibilidade (equipamento informativo em Braille, passadeira, cadeira anfíbia). -----

----O senhor Presidente informou o Executivo que, no que respeita ao Projecto “Praia Acessível”, a candidatura foi já formalizada. -----

----A Câmara tomou conhecimento. -----

----**2.7 – INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR DIAMANTINO GARCIA**

– O senhor vereador Diamantino Garcia levou ao conhecimento da Câmara uma circular dos CTT Correios, relativa à atribuição de toponímia e número de polícia no concelho de Góis, que está a ser distribuída por todo o Concelho. ----

----Mais informou saber que existe alguma tensão entre os populares contra à Câmara Municipal devido à constante devolução da correspondência. -----

----O senhor Presidente informou que muitos munícipes se têm dirigido aos Serviços da Câmara para reclamar a não entrega da correspondência, justificada pelos CTT Correios por morada incompleta, ou seja, falta de número de polícia. -----

----A senhora vereadora Maria Helena Moniz informou o Executivo que já foi criado um Regulamento e uma Comissão de Toponímia. Contudo, o processo de atribuição de nomes às ruas e números de polícia é bastante complexo e moroso. -----

----Mais informou que para integrar essa Comissão de Toponímia foi solicitada a presença de um representante dos CTT Correios, mas, ainda não foi possível fazer uma reunião com todos os elementos. Logo, não se justifica a posição que está a ser tomada pelos CTT, como podem justificar eles a não entrega de correspondência por ausência de números de polícia, quando sabem que estes ainda não foram atribuídos, criando situações que resultaram em graves prejuízos: Finanças, Segurança Social e Saúde. -----

----O senhor vereador Diamantino Garcia acrescentou que é bastante grave a afirmação contida na circular *“Assim, e uma vez que a sua rua já foi*



M U N I C Í P I O D E G Ó I S  
C Â M A R A M U N I C I P A L

*contemplada com a atribuição de um Nome e a sua residência com um Número de Polícia (...) sugerimos que adquira (e afixe) o número que lhe foi atribuído pela Câmara Municipal” na qual se subentende claramente que os números de polícia já foram atribuídos e a devolução de correspondência é da total responsabilidade da Câmara Municipal. -----*

-----A senhora vereadora Graça Aleixo referiu que os CTT Correios estão claramente a imputar culpas à Câmara Municipal, como forma de pressionar a Câmara Municipal a resolver rapidamente a atribuição de Toponímia e de números de polícia no concelho de Góis. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade solicitar uma reunião com carácter urgente à Administração dos CTT Correios para esclarecer esta situação ambígua. -----

-----A Câmara deliberou igualmente fazer um comunicado à Imprensa informando todos os munícipes do Concelho que a circular distribuída pelos CTT Correios é uma persuasão falsa e que todos os que sofreram prejuízos causados pela devolução de correspondência devem reclamar junto dos CTT Correios. -----

-----**2.8 – INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR DANIEL NEVES** – O senhor vereador Daniel Neves colocou algumas questões relativas ao Programa PROGRIDE, nomeadamente que acções irão ser realizadas no ano de dois mil e sete e como estavam a decorrer os trabalhos relacionados com a Quinta Pedagógica. -----

-----A senhora vereadora Maria Helena Moniz informou que todos os projectos e acções estão a decorrer dentro dos prazos estabelecidos, excepto duas acções que sofreram alteração das datas de execução por conveniência do próprio Programa: Centro de Venda de Produtos Endógenos estava previsto para 2007, vai ser realizado em 2008 e Financiamento de Equipamento para o Centro de Dia de Corterredor estava planeado para 2008 e vai ser realizado ainda no ano 2007. -----

-----No que diz respeito à Quinta Pedagógica, a senhora vereadora Maria Helena Moniz informou que a acção está a decorrer dentro do planeado,



M U N I C Í P I O D E G Ó I S  
C Â M A R A M U N I C I P A L

especificando que para já está prevista a aquisição das estufas e equipamentos e, ainda este ano, a Quinta Pedagógica deverá começar a funcionar. -----

-----O senhor vereador Daniel Neves referiu estar bastante satisfeito com a positiva progressão do Programa PROGRIDE. -----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

-----No que diz respeito às obras na Estrada Nacional 342, o senhor Vereador questionou o senhor Presidente se as mesmas já tinham começado. -----

-----O senhor Presidente informou que as obras na Estrada Nacional 342 já foram iniciadas. -----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

-----O senhor vereador Daniel Neves propôs, em nome de todos os Vereadores que compõem o Executivo Municipal, um voto de pesar pelo falecimento do pai do senhor Presidente. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o voto de pesar pelo falecimento do pai do senhor Presidente. -----

**3 – CONTABILIDADE, RECURSOS HUMANOS E LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES:** -----

-----**3.1 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA** – A Câmara tomou conhecimento do saldo em disponibilidade, constante do Resumo Diário da Tesouraria do dia vinte e três, do mês de Janeiro, do ano em curso, no valor de oitocentos e oitenta e nove mil, oitocentos e sessenta euros e trinta e sete centimos. -----

-----**3.2 – PAGAMENTOS** – A Câmara tomou conhecimento e aprovou por unanimidade os pagamentos relativos ao ano de dois mil e sete, constantes das Ordens número catorze à ordem número cento e trinta e dois, no montante de duzentos e quatro mil, quatrocentos e oitenta e cinco euros e trinta e sete centimos. -----

-----**3.3 – REQUISIÇÕES** – A Câmara tomou conhecimento das requisições emitidas desde a última reunião até à presente data. -----

-----**3.4 – LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES** – A Câmara tomou





M U N I C Í P I O D E G Ó I S  
C Â M A R A M U N I C I P A L

conhecimento de que foram emitidas as seguintes licenças de Obras Particulares, referentes ao ano de dois mil e sete: -----

-----a) Número um, referente a António Vala Coelho, “Vale da Vinha” em Vale de Godinho; -----

-----b) Número dois, referente a Maria Celeste Gomes Caetano da Silva, Cortes; -----

-----c) Número três, referente a José dos Santos. -----

-----A Câmara tomou igualmente conhecimento de que foram emitidas as seguintes licenças de habitabilidade, referentes ao ano de dois mil e sete: -----

-----a) Número um, referente a Olímpia Nunes Folgosa Cortez Martins, Cortes; -

-----b) Número dois, referente a Nuno Pedro Tavares do Nascimento, Cortes; ---

-----c) Número três, referente a Paulo Jorge Chorão Neves, Portela do Torgal. --

-----4 – **APROVAÇÕES EM MINUTA: ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR; INFORMAÇÃO CONSULTOR JURÍDICO/ ESTABELECIMENTO COMERCIAL PROSCOPOS; RECLAMAÇÃO DO SENHOR JOSÉ CÉSAR GASPAR SIMÕES; DAF/APROVAÇÃO DE DÉBITO DE RECEITA VIRTUAL; EDP/ REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA; DOUA/ LIGAÇÃO DA PRAIA FLUVIAL DA PENEDA À PRAIA FLUVIAL DO PÊGO ESCURO; RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA; PAGAMENTOS; LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES.** -----

-----E não havendo outros assuntos a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião pelas treze horas, da qual para constar se lavrou a presente acta, sob a responsabilidade do Secretário. -----

O Presidente da Câmara Municipal,

O Secretário,